



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
CLIPPING - JORNAIS IMPRESSOS

TERÇA-FEIRA, 10 DE ABRIL :: 2018

Jornal do

Ex-secretário confirma que 90% de efetivo era fantasma

O Ministério Público Estadual divulgou ontem as gravações do depoimento prestado na semana passada pelo ex-secretário Roberto Fontes Góes, que assumiu interinamente a extinta Secretaria Municipal de Articulação Política e Relações Institucionais (Seapri), entre 2013 e 2016, durante a gestão de João Alves Filho (DEM) como prefeito de Aracaju. Góes, que ocupou o cargo por seis meses, entre as gestões de Juvêncio Oliveira e Sérgio Costa Vianam falou sobre a contratação de 'funcionários-fantasmas' em cargos comissionados na Seapri durante a gestão, investigada pela 'Operação Caça-Fantasma', do MPE.

De acordo com a assessoria do órgão, o ex-secretário falou na condição de testemunha, não responde a nenhuma acusação formal relativa ao processo e nem tem contra si qualquer indício de que tenha indicado servidores enquanto esteve no cargo. Durante o depoimento, Roberto confirmou que a Seapri tinha 89 servidores na folha de pagamento e, deste total, apenas 10% trabalhavam efetivamente na repartição. Ele admitiu que ficou assustado ao tomar conhecimento da quantidade e que apenas 10 servidores compareceram a uma reunião de trabalho.

Ainda no depoimento, Roberto garantiu que tentou reverter a situação e demitir os servidores que não compareciam, mas foi aconselhado pela então secretária de governo, Marlene Alves Calumby, a não fazer nenhuma mudança na secretaria, pelo fato de ser ocupante interino do cargo e com o argumento de que apenas o secretário titular teria competência para fazer estas mudanças. Góes acabou não fazendo nenhuma alteração, até ser substituído por Sérgio Viana. O depoimento afirma ainda que a maioria dos indicados para trabalhar na Seapri foi nomeada por João Alves ou por Marlene, cabendo a Roberto apenas a assinatura do decreto, mesmo sem conhecer os comissionados.

O próprio MPE afirmou que o depoimento do ex-secretário interino traz informações "comprometedoras" que praticamente confirmam o esquema investigado. As declarações serão anexadas ao processo da Caça-Fantasma que apura as nomeações na Seapri, cujo prejuízo aos cofres públicos, causado pelo pagamento de salários aos servidores que não trabalhavam, ainda não foi totalmente contabilizado. João, Marlene e Juvêncio são arrolados como réus por crime de peculato, enquanto o ex-secretário Sérgio Viana foi denunciado por organização criminosa e chegou a ser preso no mês passado, acusado de obstruir a investigação do MPE. As defesas dos réus negam as acusações.